

ENTRELINHAS SOCIOLÓGICAS

Ano 2, Nº 3, Fevereiro/Março - 2017

Intolerância Social

Chegamos ao terceiro número do jornal. Os leitores ainda possuem dúvidas sobre nossa gazeta bimestral de ideias. Por essa razão, buscamos, nesse editorial, esclarecer o que significa o jornal Entrelinhas Sociológicas através de comentários sobre propósitos, metodologia e seus criadores.

Primeiro, é um meio de partilhar ideias inspiradas nas pesquisas e teorias das Ciências Sociais (Antropologia, Política e Sociologia). É uma gazeta que reúne reflexões sobre temáticas das Ciências Sociais.

Segundo, ele faz parte do processo de formação de estudantes da Licenciatura em Ciências Sociais da Uespi (campus Poeta Torquato Neto). Estes são os autores dos pequenos ensaios publicados. A partir do número atual, cada um dos ensaios é assinado pelos respectivos estudantes.

E por que essa condução? Nosso objetivo é estimular a formação de professores pesquisadores e autores. Por meio de pesquisas sobre a temática escolhida por cada um, eles exercitam o pensamento reflexivo para discutir a problemática estudada.

Assim, mais que meros repetidores de ideias ou conceitos, os futuros professores de Ciências Sociais (ou Sociologia) se exercitam na arte de pensar sobre as várias dimensões das realidades problematizadas.

Terceiro, a quem são dirigidas essas reflexões? A professores e estudantes da disciplina Sociologia no ensino médio (o que não exclui outros interessados na temática). Seus textos são elaborados tendo em vista esse contexto de formação de cidadãos e cidadãs brasileiros.

No primeiro número tivemos oportunidade de apresentar reflexões sobre a temática da juventude. O segundo trouxe uma discussão sobre política e juventude brasileira. E este número reflete sobre as problemáticas da intolerância social.

Todos eles também estão disponíveis na página da Pró-Reitoria de Extensão da Uespi (http://prex.uespi.br/?page_id=274). Neste mesmo sentido, criamos uma página no facebook onde são disponibilizados outros textos e pequenos vídeos.

Quarto, pretendemos mostrar que as Ciências Sociais não são mais uma disciplina do ensino médio. A Sociologia (nome como as Ciências Sociais foram consagradas na escola) possibilita uma postura questionadora e compreensiva do mundo. Ela colabora na interpretação de toda vida social da qual fazemos parte e contribuimos com sua produção.

Quinto, motivados por esse interesse, escolhemos, a cada número, eleger uma temática e discutir alguns de seus aspectos. Pretendemos refletir sobre facetas da questão em foco: de uma visão geral à apreciação de pontos específicos. Neste número, por exemplo, ao refletir sobre o fenômeno da intolerância social, buscamos apresentar uma visão geral sobre a questão e, em seguida, discutir aspectos relacionados: intolerância na escola, direitos humanos, racismo,

intolerância religiosa, diversidade, política e intolerância, violências contra a mulher, etc.

Os fenômenos sociais são complexos e envolvem múltiplos fatores. Por outro lado, pretendemos ressaltar que a vida social é uma construção social, sujeita a transformações e que se apresenta de modos diferentes conforme o tempo e o espaço social.

Logo, questionamos as visões simplificadas e aparentes do senso comum no sentido de mostrar que a realidade possui outras explicações.

Por fim, como nossa intenção é estabelecer um diálogo com nossos leitores e interessados na discussão sobre a sociedade, estamos abertos às suas contribuições (pelo facebook ou com comentários e artigos enviados ao nosso e-mail). Vamos trilhar outros trajetos de saber, educação e cidadania por pensamentos, posturas críticas e éticas.



Aprendendo com a tolerância

Ariadine Cristine Gonçalves Ribeiro

A tolerância é sinônimo de reconhecimento e aceitação da diversidade. É necessidade de respeito mútuo para que possamos viver em comunidade, tendo ciência de que as diferenças existem e que podem coexistir pacificamente, sem que haja a convicção de superioridade em relação ao outro, elemento desencadeador de atitudes intolerantes.

Todos os dias nos deparamos com situações e comentários preconceituosos. Não é difícil perceber a disseminação do preconceito da forma mais sutil até a mais explícita, nos diversos espaços, inclusive nas escolas. Apesar dos avanços que tivemos em relação à tolerância na sociedade atual, tendo as minorias reunindo forças contra as violências sofridas, através da luta por visibilidade e direitos, ainda é cada vez mais comum presenciar atos de violência e intolerância ocasionando crimes de ódio. Um desses casos ocorreu em São Paulo, onde um homem foi espancado até a morte na estação Pedro Segundo, por defender uma travesti de seus agressores¹.

Nesse contexto, o ódio ao outro é um problema grave. É banal, **naturalizado**, em que as próprias instituições fomentam a aversão às diferenças. Esta, por sua vez, ocasionam perseguições e hostilidades a determinados grupos aos quais correspondem os preconceitos dos agressores. De acordo com o filósofo e historiador Leandro Karnal, em palestra dada ao Café Filosófico sobre o ódio no Brasil: “Nós possuímos um histórico de ódios étnicos, econômicos e sociais”², afirma. E, ainda assim, há uma dificuldade em detectar e combater as atitudes violentas do dia a dia. Existe uma tentativa de amenizar, utilizar eufemismos como forma de resistir à violência, que para o filósofo, é vista como algo que só tem sentido quando protagonizada por outros, longe do nosso convívio. A **violência simbólica** está presente nas pequenas coisas do cotidiano, como nas propagandas machistas, nos debates políticos em que fundamentalistas disseminam ódio contra LGBTs (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais), em forma de comentários ou “piadas” que ofendem o outro por ser o que é.

A partir disso, faz-se necessário aprendermos a tolerar, ou seja, aceitar e compreender o **pluralismo**, para que se possa superar essa onda de ódios que vivenciamos. A tolerância visa à convivência com as diversidades culturais, étnicas, sociais, religiosas, de gênero,

entre outras, que fazem parte do mundo plural em que vivemos, tendo em vista que é assegurado na nossa constituição o respeito às diferenças.



A diferença nos enriquece...
... O respeito nos une.

Para Leonardo Boff, filósofo, teólogo e colunista, devemos alimentar a tolerância, que “é a capacidade de manter a coexistência tensa entre dois polos de forma positiva”³. Ele traz dois tipos de tolerância: a tolerância passiva, que é a atitude de quem aceita o outro por não poder evitá-lo, e, a ativa, que é a atitude de quem convive positivamente com o outro, que o respeita e consegue enxergar os valores da diferença. Este conceito representa verdadeiro respeito mútuo, em que se pode ser, crer, agir, pensar e sentir, sem ser hostilizado ou marginalizado por isso.

Assim, não se trata de conceder ao outro o direito de ser (esta não é a tolerância que defendemos). E, sim, de saber valorizar as diferenças, ver nelas a possibilidade de aprender, buscar a experiência de conviver e, assim, ter contato com o mundo a partir da perspectiva do outro, sem que se mude a si mesmo, permitindo-se descobrir o quanto as diversidades culturais, de pensamento, religiosas, entre outras, são enriquecedoras.

Referências:

¹ Folha de S. Paulo, Homem defende travesti e é espancado até a morte em estação do Metrô de SP, 26/dezembro/2016.

² Café Filosófico, Palestra dada por Leandro Karnal: O ódio no Brasil, da série as razões do ódio de Luiz Felipe Pondé, 23/Setembro/2011.

³ BOFF, Leonardo. A intolerância no Brasil atual e no mundo. Disponível em: <https://leonardoboff.wordpress.com/2015/01/22/a-intolerancia-no-brasil-atual-e-no-mundo/>. Acesso em: 29 de jan. 2017.

Sugestão de vídeo:

PFL CULTURA. O ódio no Brasil. Disponível em: <https://youtu.be/iG-OGc1bufs>. Acesso em: 29 de jan. 2017.

Brasil, um país laico?

Maiara Luisa Mendes Alves

A intolerância religiosa tem tomado um espaço muito grande, gerando até mesmo verdadeiras guerras em volta do seu nome. No Brasil, considerado um país laico desde a primeira constituição da República (1891), que estabelece uma garantia de liberdade de culto religioso e a separação entre Estado e religião, tornou-se um palco de diversos ataques e agressões às religiões de matrizes africanas.

Quando se fala de um país laico, diretamente nos remete à ideia de um estado que assegure uma liberdade de crença e que permita espaços para professar a sua religião, tanto individualmente ou coletivamente, em público ou de forma particular. Mas no Brasil, essa definição ficou somente no papel, as discriminações têm caído ferreamente sob as religiões africanas.



De acordo com o Censo de 2010, havia 600 mil pessoas adeptas da umbanda e do candomblé¹. E por meio de pesquisadores da PUC-Rio, foram contabilizadas 840 casas (matriz africana), 430 delas foram alvos de discriminação, e entre os seus praticantes mais da metade deles foram discriminados em locais públicos (57%). Segundo o Editorial publicado pelo site O Globo, os ataques vão de manifestações de preconceito na escola e no trabalho a ofensas pessoais, ameaças, danificação de imagens e até a destruição de terreiros. “A mãe de Santo Conceição de Lissá, em Duque de Caxias, viu seu terreiro ser atacado oito vezes nos últimos oito anos. Em pelo menos um episódio, fanáticos usaram gasolina para atear fogo no quarto dos artigos usados nas cerimônias. Ou seja, além da humilhação e do dano moral, a integridade física dos fiéis está em risco”²

Esses atos de violência são frutos de discursos de ódio advindos do fanatismo religioso, que prega uma ideia de verdade absoluta, como se o seu “deus” fosse único e aceitável. Mas o

conceito de religião não se define pela visão de uma religião específica. Em uma concepção de Durkheim, a religião é um fenômeno coletivo, não pode haver crenças morais sem serem dotadas de um caráter sagrado. E essas características são comuns a toda expressões religiosas.³

A formação do Brasil como país se deu de forma miscigenada, recebendo influências culturais e religiosas de vários povos. Sendo que o cristianismo foi à religião que mais se sobressaiu desde a colonização, com a influência dos jesuítas. Nos dias atuais, o cristianismo ainda é predominante no país e coloca à margem as religiões de matriz africana, (dados que são possíveis de serem verificados através do Censo do IBGE) julgadas como algo demoníaco, devido ao desconhecimento, tendo em vista que a ideia de “demônio” surgiu com o cristianismo.

Esse discurso carregado de preconceitos é bastante utilizado pelos fundamentalistas, mais especificamente, o fundamentalismo evangélico, que ganhou muito espaço no meio político e que influenciam nas decisões do país. Seria então, o Brasil um país Laico?⁴ Bastam as nossas constituições definirem como princípio e respeito e a tolerância religiosa, como podemos no educar para respeitar a diversidade religiosa?

Referências:

¹CENSO 2010. (29 de Junho de 2012). Acesso em 15 de Fevereiro de 2017, disponível em IBGE: <http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?view=noticia&id=3&idnoticia=2170&busca=1&t=censo-2010-numero-catolicos-cai-aumenta-evangelicos-espiritas-sem-religiao>

²O Globo. (17 de Agosto de 2014). Acesso em 15 de Fevereiro de 2017, disponível em <http://oglobo.globo.com>: <http://oglobo.globo.com/opiniao/o-perigo-da-intolerancia-religiosa-13622751>

³Francisco, P. (s.d.). domtotal. Acesso em 10 de Fevereiro de 2017, disponível em domtotal.com/index.php: <http://domtotal.com/direito/pagina/detalhe/23867/concepcao-de-religiao-segundo-emile-durkheim>

(4) Lopes, L. C. (05 de Outubro de 2010). Carta Maior. Acesso em 10 de 02 de 2017, disponível em cartamaior.com.br: <http://cartamaior.com.br/?/Coluna/Fundamentalismos-religiosos-sao-ameaca-a-democracia-brasileira/19628>

Direitos humanos e homofobia: desafios da realidade

Carlos Daniel da Silva Santos

A Declaração Universal dos Direitos Humanos instituída no ano de 1948, no seu artigo primeiro, afirma: "todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade". No Brasil, a Constituição da República de 1988, ao tratar sobre os direitos fundamentais, consolida os direitos humanos

como intuito de preservar e garantir a dignidade humana afirmando a importância e a exigência do respeito. Contudo, mesmo com os preceitos legais, a realidade brasileira mostra constantes atos de intolerância ao longo da sua história, como podem ser observado nos casos de violências contra a população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros).

Retratos dessa realidade são revelados através dos relatórios divulgados pelo Grupo Gay da Bahia (GGB). Só no ano de 2015 foram assassinados no país 318 LGBTs, ou seja, a cada 28 horas os crimes de ódio são responsáveis pelo fim dessas vidas. Já em 2016 foram registrados 343 assassinatos classificados como crimes de ódio contra esse mesmo grupo¹. E dessa forma confirma-se que as vidas LGBTs correm iminente risco na sociedade brasileira, e que ser pertencente a esse grupo não é tarefa fácil.

Contudo, mesmo com dados alarmantes, os mesmos não são registrados como homofobia, pois não existe esse tipo de crime previsto na legislação brasileira, dificultando, assim, a punição dos culpados. Para o pesquisador Leandro Colling, do grupo Cultura e Sexualidade (CUS), da Universidade Federal da Bahia (UFBA), faz-se necessária a criação de políticas públicas de enfrentamento à homofobia e apoio a pessoas LGBT capazes de provocar mudança nesse triste cenário².

Essas realidades mostram que, por mais que a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Constituição da República Federativa do Brasil assegurem a igualdade entre todos os indivíduos, sem que haja qualquer distinção de tratamento por fatores como grupo social ou modos de ser e de agir, essas medidas não provocam sozinhas mudanças dentro da sociedade. É preciso criar políticas públicas que possam agir juntamente com essas medidas, dessa forma, os direitos fundamentais terão uma maior possibilidade de serem respeitados por todas as pessoas.

Sendo assim, a garantia e a efetividade de direitos são os grandes desafios para o século XXI. As leis, declarações, constituições são de grande relevância para a vida social, contudo, é necessário que os seres humanos aprendam a viver bem entre si, respeitando as individualidades, particularidades, sexualidades, religiões, cores, e paixões de cada um, e buscar entender e apreciar o que há de diferente no outro.

As escolas, dentro desse contexto, devem incentivar e promover o respeito, a igualdade e a efetivação dos direitos humanos. Porém, esse não é um papel somente da escola, pois toda a

sociedade deve buscar mecanismos para impulsionar o fim da intolerância. Não existe sociedade livre, igualitária e promotora de direitos humanos se todos, sem exceção, não podem ter as mesmas oportunidades.

Referências:

¹ Grupo Gay da Bahia. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/2016/01/28/assassinato-de-lgbt-no-brasil-relatorio-2015>. Acesso em 28 de janeiro 2017

² EBC - Agência Brasil. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-07/manifestantes-em-salvador-protestam-contra-morte-de-pessoas-lgbt>. Acesso em 28 de janeiro 2017

agressões físicas e o fim de muitas vidas.

Intolerância política e a fragilidade das discussões

Marcos Rangel de Sousa Costa

Há um famoso ditado que diz: “política, futebol e religião são coisas que não se discutem”. Estes assuntos, por sua vez, não causariam tanta divergência se tivéssemos aprendido a conhecer e respeitar posicionamentos diferentes com a mesma facilidade que temos em querer sobrepô-los com os nossos.

Aqui, queremos ressaltar a intolerância política. O país vive hoje uma grande crise política (em consonância com as crises econômica e social). Os dois mandatos de Lula e de Dilma que teve o segundo interrompido provocaram uma ebulição na classe social contrária às políticas praticadas pela gestão petista. Esta ebulição se espalhou e a discussão sobre o governo do PT (que não governou sozinho) e os ataques ao mesmo cresceu de forma desordenada.



Representantes políticos proliferaram discursos de intolerância e ódio que acabam por influenciar seus seguidores, transformando-os numa massa de intolerância que gritou: “Fora Dilma e leve o PT junto”, além de outras palavras de ordem (ou chavões). Ilustram estes fatos certas figuras como o Deputado Jair Messias Bolsonaro (que exalta o coronel Ustra e a ditadura militar de

que hierarquizava as “raças humanas” igualmente aos animais. Nas escalas de raça o branco se situava no alto da hierarquia. Essas teorias do século XIX tinham concepções que denegriam as qualidades das raças que se misturavam². Por essas razões, é possível afirmar que a intolerância não é moderna, já existe desde os tempos mais remotos e não encontra fronteiras temporais ou territoriais.

Relativo à persistência do racismo nas instituições escolares brasileiras, é possível afirmar que o ambiente escolar é um dos principais palcos para produção e reprodução de preconceito racial. Isso se evidencia pelas constantes discriminações à cor da pele em consonância com a violência, tanto física quanto verbal³. Somado a isso, podemos dizer que a sociedade brasileira depara-se com o aumento da violência nos colégios a respeito da cor da pele. Este fato mostra que, infelizmente, a escola brasileira não tem tomado para si o debate sobre tolerância racial. Isto é preocupante ao sabermos que a escola, além de repassar o conhecimento, é preciso formar cidadãos críticos, com valores sólidos e conhecedores do seu papel na sociedade.



Os educadores precisam discutir sobre as diversas formas de intolerância dentro do ambiente escolar, para que cada indivíduo compreenda e respeite a diferença do outro. Seja negro (a), homossexual, umbandista, candomblecista, católico, mulher, homem, entre outros.

Referências Bibliográficas

¹Nascimento, Antônia. Alagoas, 2014.

²DAMATTA, Roberto. O que faz o Brasil, Brasil?. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1984.

³SOUZA, Gláudia. Rio Grande do Sul, 2010. 4. O que É Etnocentrismo, Everardo Rocha, São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

Grêmios estudantis e formação cidadã

João Pedro Alves

Você, leitor, já se perguntou sobre a importância de um movimento estudantil? Pois é, essa pergunta tem estreita relação com a luta diária de estudantes que correm atrás de seus ideais e da melhoria no campo da educação e da própria sociedade. A consciência lapidada faz o seu diferencial. Através desses movimentos o jovem expressa coletivamente sua voz e seus desejos, não só políticos, mas também culturais para afirmar seu lugar na sociedade.

Esses movimentos são de suma importância para a área da educação. Tratam-se de coletivos que se reúnem, se conhecem e se fortificam em busca dos anseios da juventude. Movimentos que desenvolvem lutas e fomentam uma consciência política, no qual os estudantes são os próprios sujeitos.

Entendem-se movimentos estudantis como grupos organizados por estudantes, nos quais os mesmos tomam a frente, organizam-se por causas em que acreditam e que possam reforçar ou promover mudanças como: melhores condições de ensino, liberdade de expressão e defender os direitos de todos os cidadãos. Assim, esses jovens constroem sua consciência política, mesmo que alguns não tenham ciência da mesma. Nas escolas, os chamados grêmios estudantis são um espaço de propagação da voz e atuação dos alunos. Através deles os estudantes podem realizar diversos projetos, como: palestras, campeonatos esportivos e atividades que envolvam os pais, a comunidade e componentes do corpo escolar.

Muito mais que uma ferramenta, o grêmio estudantil proporciona ao estudante uma chance de atuar como cidadão, podendo relacionar suas experiências na escola com as de suas comunidades. Ao envolver ações, que vão além das paredes da sala de aula e mexem com a consciência do local em que vivem, seus integrantes reconhecem a importância e legitimidade da participação política.

A Lei nº 7.398 (1985), conhecida como Lei do Grêmios Livres, é um instrumento jurídico que garante “a organização de Estudantes como entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes secundaristas com finalidades educacionais, culturais, cívicas esportivas e sociais”. Baseada nela, os agrupamentos estudantis podem criar suas organizações em escolas a partir da aprovação do estatuto social do grêmio estudantil (modelos

deste podem facilmente ser encontrados na internet). Este é um documento que estabelece normas de funcionamento, regula as eleições, a composição da diretoria bem como estabelece princípios gerais que norteiam a atuação desse coletivo.

Dessa forma, os movimentos estudantis proporcionam um contato maior do aluno com a cidadania e política, sendo importante na construção de uma consciência crítica e de um cidadão ciente da possibilidade de suas ações. Por meio deles, os estudantes podem defender seus interesses e tentar modificar a realidade dentro e fora do universo escolar. Dedicar-se ao movimento estudantil é, no fim das contas, lutar pela educação e pela sociedade que se acredita, por uma sociedade mais justa e democrática.

Mulher não é sexo frágil

Joyce Sousa

O sexo feminino há décadas é tido como frágil e submisso. Essa construção social perpetuou diversos problemas, dentre eles, a violência ao gênero, no caso das agressões e, principalmente, a intolerância quando há desrespeito em crenças e opiniões.

Mesmo com todos os mecanismos legais criados para assegurar a integridade física e psíquica da mesma, como a Lei Maria da Penha nº11.340 e a Lei do Feminicídio nº13.104/15, ainda não são o suficiente para erradicar os números e dados ligados à violência, que só crescem ao longo do tempo, e, assim, acabar com a naturalizada estrutura da desigualdade entre os gêneros.

O Brasil tem um dos maiores índices de feminicídio, ocupando a 5ª posição em um ranking de 83 nações¹. Dados apontam que ocorre 1 estupro a cada 11 minutos, e que 5 mulheres são espancadas a cada 2 minutos no país. Esse número é ainda maior quando se trata de mulheres negras. De acordo com o mapa da violência 2015, o homicídio de mulheres negras aumenta 54% a cada dez anos, ao mesmo tempo, que o homicídio de mulheres brancas diminui em 9,8%. Isso mostra mais uma vez que a "democracia racial" é um mito. Grande parte dessa violação ocorre no âmbito privado, dentro do lar, onde a mulher sofre

uma coerção do próprio parceiro ou, quando se trata de uma menor de idade, de um parente ou amigo da família. Pelas vítimas estarem vinculadas a papéis culturalmente construídos e determinados (no âmbito familiar), a denúncia ou busca por ajuda se torna mais difícil pelo medo e por conviver com o agressor. Essa violência não ocorre somente com o ato da agressão física, ela vem acompanhada de uma dilaceração psicológica, moral e verbal, o que deixa a vítima suscetível à agressão que pode levá-la ao óbito.

Em contrapartida e resposta a invisibilidade em relação à intolerância que a mulher sofre, surgem as feministas, defendem que nenhum papel de gênero deve limitar as pessoas. Questionam o poder social, político e econômico monopolizados pelo homem. Essas mulheres usufruem de ferramentas como a internet para se mobilizarem e ajudarem umas as outras. A "Primavera das Mulheres"³, uma série de manifestações que se iniciaram pela internet, ganharam força e ocuparam as ruas contra o PL nº 5.069/2015, que altera os procedimentos de atendimento às mulheres vítimas de violência sexual nos serviços de saúde. Pelo projeto de lei tornar-se obrigatório o exame de corpo de delito para que as vítimas de estupro possam ter acesso a um aborto legal. Na prática, a lei sujeita que mulher prove que foi violentada sexualmente,

fazendo-a passar por uma situação constrangedora após a violência sofrida. Frequentemente, por não terem acesso ao aborto legal, muitas morrem em clínicas clandestinas por terem sua autonomia física negada pelo Estado.

Enquanto culturalmente continuarmos tendo a mulher como escrava do lar, submissa e frágil, essa lamentável realidade criada só tende a se tornar ainda mais mórbida.

Tolerância deve ser um aprendizado cultural e educacional.

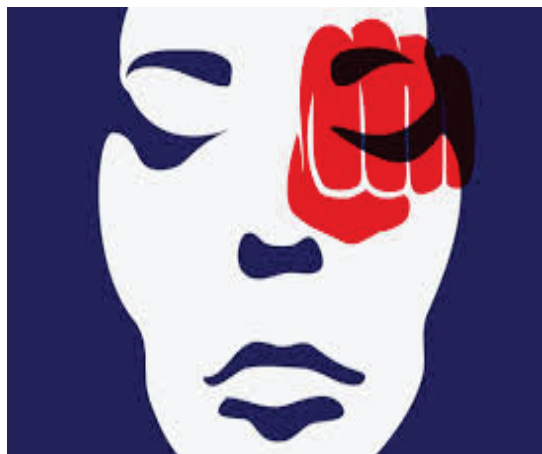
Referências:

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mlheres.pdf

¹<http://www.compromissoeatitude.org.br/alguns-numeros-sobre-a-violencia-contra-as-mulheres-no-brasil/>

²<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/pesquisas/mapa-da-violencia-2015-homicidio-de-mulheres-no-brasil-flacsoopas-omsonu-mulheresspm-2015/>

³Revista Sociologia, SP, Editora Escola, ED67, 2016.



Sugestões de vídeo

✍ PFL CULTURA. O ódio no Brasil. Disponível em: <https://youtu.be/iG-OGc1bufs>. Acesso em: 29 de jan. 2017.

✍ Ninguém Nasce Racista - Criança Esperança 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tmjKprAXCL8>

✍ Cinco Graças, de Deniz Gamze Ergüven. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=27NbdH1QUI4>

✍ A 13ª Emenda, de Ava DuVernay. Disponível em: assinantes Netflix.

Etnocentrismo: é a conduta de uma pessoa ou grupo social em interpretar a realidade a partir dos seus padrões culturais. Sem relativizar a diferença do outro.

Democracia Racial: Termo usado por algumas pessoas para descrever relações raciais no Brasil. O termo denota a crença de alguns estudiosos que o Brasil escapou do racismo e da discriminação racial.

Feminicídio: É o assassinato de uma mulher pela condição de ser mulher. Suas motivações mais usuais são o ódio, o desprezo ou o sentimento de perda do controle e da propriedade sobre as mulheres.

Intolerância: Atitude mental caracterizada pela falta de habilidade ou vontade em reconhecer e respeitar crenças, opiniões e opções.

Violência: Comportamento que causa intencionalmente dano ou intimidação moral a outra pessoa.

GLOSSÁRIO

Naturalizado: Refere-se à forma como alguns conceitos e fenômenos sociais são percebidos. Como naturais, imutáveis, sem que se faça uma análise crítica que permita o entendimento de toda uma complexidade de relações histórias e sociais por trás desses fenômenos.

Pluralismo: Conceito que em se tratando da heterogeneidade étnica, religiosa, de pensamento, etc. Consiste na convivência desta multiplicidade, apesar das diferenças.

Violência Simbólica: É uma forma de violência que se exerce sem o uso da força física; atinge a vítima moral e psicologicamente. Trata-se de uma violência dissimulada e legitimada, de forma que quem a sofre ou a exerce pode não estar consciente de que se trata de uma violência.

Homofobia Pode ser entendido como aversão irreprimível, repugnância, medo, ódio, preconceito que algumas pessoas nutrem contra os LGBTs. Esses atos afetam a qualidade de vida desse grupo, permeando ações que vão da hostilidade verbal, agressões físicas e o fim de muitas vidas.

EDITOR

Luciano de Melo Sousa

CONSELHO EDITORIAL

Roberto Álvares Rocha
Márcia Adriana de Lima Oliveira

AUTORES

Ariadine Cristine Gonçalves Ribeiro
Carlos Daniel da Silva Santos
Jardson Barrinha dos Santos
João Pedro Alves da Silva
Joycelane Sousa do Nascimento
Luciano de Melo Sousa
Maiara Luisa Mendes Alves
Mayara Xavier dos Santos
Marcos Rangel de Sousa Costa

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Daniely Cintia Viana de Sousa
Ohana Luize Alves Lima
Marcos Rangel de Sousa Costa

CONTATO

entrelinhassociologicas@bol.com.br

IMPRESSÃO

Gráfica da FUESPI

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO, ASSUNTOS
ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS - PREX
PROGRAMA INSTITUCIONAL EM EXTENSÃO
UNIVERSITÁRIA - PIBEU

PREX
Pró-Reitoria de Extensão, Assuntos
Estudantis e Comunitários - PREX